

## AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS

# CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

**com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia**

**(alínea a) do número 1 do artigo 20.º e artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos)**

## **PRR1 2025-002**

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

### **DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

Aquisição, por lotes, de equipamentos de informática, para as secções de formação do CPJ, no âmbito do Investimento RE-C06-i01: “Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional – Subinvestimento Modernização da Formação Profissional do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

A Presidente do Conselho de Administração,

(Ana Cristina Alves)

## Artigo 1.º

(Entidade pública adjudicante, identificação e objeto do procedimento)

1. A Entidade Adjudicante é o Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça, abreviadamente designado por Centro Protocolar de Justiça ou CPJ, pessoa coletiva de direito público com o número 502104511 e cuja sede se situa na Rua de São Domingos de Benfica, n.º 16, 1500-559 Lisboa, com os contactos em rodapé.
2. O CPJ foi criado por protocolo em anexo à Portaria n.º 538/88, de 10 de agosto, publicada na I Série do Diário da República, n.º 184, de 10 de agosto de 1988 e tem como atribuições a promoção de atividades de formação profissional para a valorização da população jovem e adulta a cargo dos serviços e organismos do Ministério da Justiça, com o código de classificação de atividade económica 85591 (formação profissional).
3. O procedimento é identificado pela codificação interna n.º **PRR1 2025-002** e tem como objeto a aquisição, por lotes, de equipamentos de informática, em obediência aos termos das especificações e condições constantes do Anexo A do Caderno de Encargos, no âmbito do Investimento RE-C06-i01: “Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional – Subinvestimento Modernização da Formação Profissional”, da componente 6 “Qualificações e Competências” do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), destinado à modernização e instalação de centros de formação profissional da rede do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P.
4. A presente aquisição tem a Classificação CPV (Common Procurement Vocabulary/Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) / Objeto principal – Vocabulário Principal: 30200000-1 equipamento e material informático.

## Artigo 2.º

(Órgão que tomou a decisão de contratar e fundamento da escolha do procedimento)

1. A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração do CPJ, proferida na reunião de 27/03/2025.
2. Foi escolhido o procedimento pré-contratual, na modalidade de concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 20.º e artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao DL 18/2008, de 29-01, na sua versão atual, adiante designado por CCP.

3. Os encargos emergentes dos contratos a celebrar têm cabimento no orçamento de 2025, serão satisfeitos pela dotação das classificações orçamentais seguintes 01070107B0C0 – Equipamento informático – Outros; 01070107B0B0 – Equipamento informático - Impressoras/Fotocopiadoras/Scanner e 01070110B0B0 - Equipamento básico – Outros.

### **Artigo 3.º**

(Concorrentes)

1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, entidades relativamente às quais se verifique alguma das situações referidas no art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Se for verificado que existe alguma entidade participante no concurso que se encontre em alguma das referidas situações, será excluída do concurso.

### **Artigo 4.º**

(Júri do procedimento)

O procedimento é conduzido pelos membros de júri nomeados, nos termos do n.º 1 do Artigo 67.º do CCP, no despacho identificado no n.º1 do art.º 2 do Programa.

### **Artigo 5.º**

(Consulta, pedidos de esclarecimento, retificação e alteração das peças procedimentais)

1. O procedimento é, atento o disposto nos artigos 40.º, n.ºs 1, al. c) e 2; 41.º e 42.º do CCP, constituído pelo programa, caderno de encargos e pelo anúncio, bem como pela demais documentação que dele faça parte integrante.
2. As peças do procedimento, adiante designadas por peças, são disponibilizadas, para consulta e *download* na **plataforma ACINGOV**, cujo endereço eletrónico é <https://www.acingov.pt/>, encontrando-se igualmente disponíveis para o efeito no site do CPJ.
3. Os esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a entrega das propostas, através da plataforma eletrónica acima identificada, encontrando-se a competência para a prestação de esclarecimentos, delegada no júri do procedimento.

4. Os esclarecimentos previstos no número anterior devem ser prestados, por escrito e através da plataforma, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a entrega das propostas.
5. A competência para a retificação das peças do procedimento e para a decisão sobre erros ou omissões identificadas pelos interessados, cabe ao órgão com competência para contratar.

#### **Artigo 6.º**

(Preço base)

1. O preço base, para a totalidade dos equipamentos e para cada um dos lotes está identificado no caderno de encargos.
2. Os concorrentes podem apresentar propostas para todos os lotes que constituem o objeto do procedimento, devendo garantir que possuem capacidade financeira, técnica e logística para assegurar a execução do contrato, nos prazos fixados.

#### **Artigo 7.º**

(Prazo para a apresentação e retirada de propostas, negociação, leilão eletrónico, propostas variantes)

1. A proposta e os documentos que a acompanham deverão ser apresentados na plataforma eletrónica de compras, no prazo de 18 (dezoito) dias, a contar da data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
2. Não há lugar à fase de negociação ou leilão eletrónico das propostas, não sendo admissível a apresentação de propostas variantes.

#### **Artigo 8.º**

(Documentos da proposta e idioma, modo de apresentação e prazo da obrigação de manutenção)

1. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), de acordo com o modelo pré-preenchido, constante do anexo I do Programa, disponibilizado, em formato xml juntamente com os documentos do procedimento;
  - b) Documento(s) que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o(a) concorrente se dispõe a contratar (*vide* modelo do Anexo II do Programa);

- c) Ficha de Fornecedor, conforme anexo III do Programa;
  - d) Lista de preços unitários dos equipamentos, bem como a respetiva taxa de IVA, de acordo com a tipologia dos equipamentos a adquirir;
  - e) Fichas técnicas ou informação de catálogo, com a descrição das características dos equipamentos;
  - f) Quaisquer outros documentos que o(a) concorrente considere relevantes para a apreciação da sua proposta.
2. As propostas incluem, para além do preço, a discriminação de todos os encargos inerentes ao objeto do contrato a celebrar, com exceção do IVA, devendo a proposta mencionar que, aos preços, acresce o IVA, indicando o montante e a taxa legal aplicável.
  3. Os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que são acompanhados de tradução devidamente legalizada que prevalece sobre os originais.
  4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as fichas técnicas ou a informação de catálogo dos equipamentos podem ser apresentadas em língua inglesa, quando o fabricante não seja nacional.
  5. Os documentos são apresentados através da plataforma eletrónica ACINGOV, devendo ser previamente assinados, de forma digital, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, com a identificação, clara e inequívoca, do assinante, função e poder de assinatura ou representação.
  6. Quando o certificado digital não permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter um documento oficial que indique o poder de assinatura e de representação.
  7. Sem prejuízo das disposições específicas do presente programa, todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri e os concorrentes, que devam ser praticadas num determinado prazo, são exclusivamente efetuadas através da plataforma eletrónica ACINGOV.
  8. O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação daquelas.

### **Artigo 9.º**

(Critério de adjudicação, análise das propostas e adjudicação)

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, segundo a modalidade monofator, determinada pelo preço, enquanto único aspeto de execução do contrato a celebrar.

2. Após a análise das propostas, a adjudicação para cada lote é feita à proposta não excluída que apresentar o mais baixo preço para a aquisição dos equipamentos, com as características e condições constantes do caderno de encargos.
3. Verificando-se a necessidade de desempate, é adjudicada a proposta que resultar da escolha em função de sorteio, que deverá obedecer às regras procedimentais *infra*:
  - a. O sorteio é realizado após a análise das propostas e verificada a igualdade entre duas ou mais propostas admitidas;
  - b. Em sede do relatório preliminar consta a referência aos concorrentes e ao preço das suas propostas, com notificação da data, hora e local onde será realizado o sorteio e metodologia, cumpridora das alíneas c) a f) *infra*;
  - c. O sorteio é público e presencial, participando os membros efetivos do júri e, assim o entenderem, os representantes dos concorrentes, credenciados para efeitos da sua identificação, além de terceiros, interessados ou não, no procedimento;
  - d. Do sorteio é lavrada ata, assinada pelos membros do júri e pelos representantes dos concorrentes, se estiverem presentes, sendo que a recusa destes constará da ata como incidente;
  - e. O sorteio é, por regra, realizado pelas 10.00 horas do dia notificado, sempre até ao terceiro dia útil seguinte ao da notificação e decorridas que sejam 24 horas corridas da mesma, a ter lugar na sala de reuniões do CPJ;
  - f. O sorteio é puro, sem condicionantes, e obedecerá ao tipo “sorteio de bolas”, nos termos da metodologia *infra*:
    - i. São colocadas bolas de cores diferentes, incluindo bolas brancas e pretas, em saco preto, não passível de ser vislumbrado o conteúdo;
    - ii. O número de bolas inserido é correspondente ao número de propostas a desempatar, incluindo, como regra, sempre, as bolas branca e preta;
    - iii. Para efeitos da extração das bolas, a ordenação dos concorrentes é estabelecida pela seriação da ordem de apresentação das propostas na plataforma eletrónica de compras públicas *ACINGOV*;
    - iv. Cada concorrente tem direito a extrair uma bola, cumprindo aos membros do júri garantir tal, sendo que na ausência, ou recusa, do representante de qualquer concorrente, cumpre ao presidente do júri a extração da bola em substituição daquele;
    - v. Para efeitos de ordenação das propostas, a cor das bolas tem a seguinte valoração:

- 1.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola branca;
  - 2.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola preta;
  - 3.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola azul;
  - 4.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola verde;
  - 5.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola vermelha.
- vi. Para efeitos do disposto em ii., caso o número de propostas a desempatar seja igual a 2, as bolas a inserir serão apenas a branca e a preta;
- vii. Caso o número de propostas a desempatar seja superior a 5, cumpre ao júri, definir, no relatório preliminar, o posicionamento subsequente à 5.ª posição em função da seriação de extração da cor das bolas [ex.: “6.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola (mencionar a cor)”, adotando-se idêntica metodologia sucessiva, em função do número de bolas de cor inseridas no saco para efeitos do sorteio];
- viii. Depois de anunciados, pelo presidente do júri, os resultados, o sorteio é dado por encerrado.
4. O órgão competente para a decisão de contratar profere decisão de adjudicação, que deve ser notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, sendo que, no caso do(a) adjudicatário(a), juntamente com tal notificação, notifica-o(a) ainda nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 77.º do CCP, para apresentar os documentos de habilitação exigidos e pronunciar-se quanto à minuta do contrato, sempre que aplicável, devendo tal notificação ser acompanhada no relatório final de análise das propostas.

#### **Artigo 11.º**

(Esclarecimentos e suprimento das propostas)

O júri pode pedir aos concorrentes, quer esclarecimentos sobre as propostas, quer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, que procedam ao suprimento das irregularidades das mesmas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, bem como para proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou cálculo contidos nas propostas.

#### **Artigo 12.º**

(Documentos de habilitação e idioma, modo e notificação de apresentação)



1. Ao(À) adjudicatário(a) será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação dos seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração do Anexo II do CCP (vide modelo do Anexo IV do Programa, do qual faz parte integrante);
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP:
    - i. Certidão de não dívida à Segurança Social, ou em alternativa a prestação de consentimento para efeitos de consulta da situação contributiva na *Internet*, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007 de 19 de abril. Caso a entidade adjudicatária não tenha a sua sede em Portugal, deverá comprovar ter a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social do Estado onde se encontre sediada;
    - ii. Certidão de não dívida à Fazenda Pública (Finanças), ou prestação de consentimento para efeitos de consulta da situação tributária na *Internet*, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007 de 19 de abril. Caso não seja sediada em Portugal, deverá a entidade comprovar a regularização da sua situação tributária no país onde tem o seu estabelecimento principal;
    - iii. Certidão de registo criminal para efeitos de celebração de contratos públicos, do(a) adjudicatário(a) e de cada gerente ou administrador(a), em conformidade com o estabelecido nas alíneas b) e h) do art.º 55.º do CCP;
  - c) Cópia da certidão permanente de registo comercial ou disponibilização do código de acesso à mesma;
  - d) Declaração de registo central de beneficiário efetivo.
2. Os documentos são redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que são acompanhados de tradução devidamente legalizada que prevalece sobre os originais, e apresentados exclusivamente através da plataforma eletrónica de compras públicas *ACINGOV*, salvo se disponíveis na *Internet*, caso em que pode, em substituição, indicar-se o endereço do *sítio* onde podem ser consultados e a informação necessária à consulta, desde que o *sítio* e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo(a) adjudicatário(a), que possam levar à caducidade da adjudicação, será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis, destinado ao seu suprimento, conforme decorre da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.



### **Artigo 13.º**

(Prestação da caução e confirmação de compromissos)

1. Nos termos do disposto no n.º 2 alínea a) do artigo 88.º do CCP, não é exigível a prestação de caução.
2. O(a) adjudicatário(a) deve, no prazo de 2 (dois) dias uteis a contar da notificação prevista no n.º 2 do artigo 77.º do CCP, confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

### **Artigo 14.º**

(Contrato)

A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação, notificando-a ao(à) adjudicatário(a), considerando-se por este(a) aceite quando haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes.

### **Artigo 15.º**

(Sigilo)

1. Os interessados e concorrentes guardam, nos termos legais, sigilo sobre a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao CPJ, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação ao procedimento, mantendo-se esta obrigação mesmo após o seu termo, não podendo ser transmitidas a terceiros, nem objeto de uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente naquele – obrigação extensível quer aos agentes, funcionários, trabalhadores e colaboradores daqueles, incluindo contratados, quer a terceiros que os mesmos envolvam.
2. Exclui-se do dever de sigilo a informação e documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da sua obtenção pelos interessados e concorrentes ou que estes sejam legalmente obrigados a revelar, por força de lei, processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do termo, por qualquer causa, do procedimento, sem prejuízo da sujeição subsequente a deveres legais relativos,

designadamente, à proteção de segredos comerciais ou de credibilidade, prestígio ou confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Artigo 16.º**

(Partes integrantes, direito e legislação aplicáveis)

1. Fazem parte integrante do Programa, todos os seus anexos.
2. O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela lei portuguesa, sendo que ao procedimento e em tudo o omissso, aplicar-se-á o disposto no CCP e demais legislação e regulamentação aplicáveis, e, se for o caso, o estatuído no caderno de encargos deste procedimento.

## Anexo I

### Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

- Ficheiro em formato XML, em anexo.
- Site para upload do ficheiro e preenchimento: [JEDZ \(uzp.gov.pl\)](https://jedz.uzp.gov.pl)

## Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

### Parte I: Informações relativas ao procedimento de contratação e à autoridade ou entidade contratante

#### ▼ Informações sobre a publicação

Número do anúncio no índice do JO:

Jornal Oficial Nacional

Caso não seja publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, ou se tal publicação não for obrigatória, a autoridade adjudicante ou a entidade adjudicante deve preencher as informações que permitam identificar de forma inequívoca o procedimento de contratação (por exemplo, a referência da publicação a nível nacional)

#### ▼ Identidade do adquirente

Nome oficial:

Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça

País:

Portugal

#### ▼ Informações sobre o procedimento de contratação

Tipo de procedimento

Concurso aberto

Título:

Aquisição de equipamentos de informática

Descrição sucinta:

Aquisição, por lotes, de equipamentos de informática, para as várias secções de formação, no âmbito do Investimento RE-C06-i01: "Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional – Subinvestimento Modernização da Formação Profissional do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

Número de referência atribuído ao processo pela autoridade contratante ou pela entidade contratante (caso aplicável):

PRR1 2025-002

## Parte II: Informações sobre o operador económico

### ▼ A: Informações sobre o operador económico

Nome:

Rua e número:

Código postal:

Localidade:

País:

---

Endereço Internet (sítio web) (se aplicável):

Correio eletrónico:

Telefone:

Pessoa ou pessoas a contactar:

Número de IVA, se aplicável:

Se o número de IVA não for aplicável, indicar outro número de identificação nacional, quando necessário e se for aplicável

O operador económico é uma micro, uma pequena ou uma média empresa? ⓘ

☐ Sim ☐ Não

Apenas no caso de contratos reservados: o operador económico é uma entidade cujo objetivo é a integração social ou profissional, uma «empresa social» ou prevê a execução do contrato no quadro de programas de emprego protegido?

☐ Sim ☐ Não

Qual a percentagem correspondente de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos?

Se necessário, queira especificar a que categoria ou categorias específicas de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos pertencem os empregados



Se for caso disso, o operador económico encontra-se inscrito numa lista oficial de operadores económicos aprovados ou dispõe de certificação equivalente (por exemplo, no âmbito de um sistema de (pré-)qualificação)?

☐ Sim ☐ Não

Responder às outras partes da presente secção, à secção B e, caso necessário, à secção C, da presente parte, preencher a parte V, se for caso disso, e, em todo o caso, preencher e assinar a parte VI.

a) Queira indicar o número de registo ou de certificação relevante, se aplicável:

b) Se o certificado de inscrição ou a certificação puderem ser obtidos por via eletrónica, indicar:

c) Indicar as referências em que se baseia a inscrição ou a certificação e, se for caso disso, a classificação obtida na lista oficial:

d) A inscrição ou a certificação abrange todos os critérios de seleção necessários?

☐ Sim ☐ Não

Preencher também as informações em falta na parte IV, secções A, B, C ou D, consoante o caso, UNICAMENTE se tal for exigido no anúncio ou nos documentos do concurso relevantes

e) Pode o operador económico apresentar um certificado relativo ao pagamento das contribuições para a segurança social e dos impostos ou prestar informações que permitam à autoridade contratante ou entidade contratante obtê-lo diretamente através de uma base de dados nacional em qualquer Estado-Membro e que possa ser consultada gratuitamente?

☐ Sim ☐ Não

Se a documentação pertinente puder ser obtida por via eletrónica, indicar:

O operador económico participa no procedimento de contratação conjuntamente com outros operadores?

☐ Sim ☐ Não

Queira assegurar que as outras partes interessadas preenchem um formulário DEUCP distinto.

a) Indicar o papel do operador económico no grupo (chefe do grupo, responsável pela execução de tarefas específicas...):

b) Indicar os outros operadores económicos que participam conjuntamente no procedimento de contratação:

c) Nome do grupo participante, se aplicável:

Quando aplicável, indicação do(s) lote(s) aos quais o operador económico pretende concorrer:

▼ **B: Informações sobre os representantes do operador económico #1**

Se aplicável, indicar o(s) nome(s) e endereço(s) da(s) pessoa(s) habilitada(s) a representar o operador económico para efeitos do presente procedimento de contratação:

Nome próprio

Apelido

Data de nascimento

Local de nascimento

Rua e número:

Código postal:

Localidade:

País:

---

Correio eletrónico:

Telefone:

Cargo/Agindo na qualidade de:

Caso necessário, fornecer informações pormenorizadas sobre a representação (forma assumida, dimensão, efeito...):

▼ **C: Informações sobre o recurso às capacidades de outras entidades**

O operador económico depende das capacidades de outras entidades para preencher os critérios de seleção estabelecidos na parte IV, bem como os (eventuais) critérios e regras indicados na parte V?

☐ Sim ☐ Não

Queira apresentar um formulário DEUCP separado com as informações exigidas nas secções A e B da presente parte e na parte III para cada uma das entidades envolvidas, devidamente



preenchidos e assinados por essas mesmas entidades.

Queira notar que essas informações devem também incluir quaisquer técnicos ou serviços técnicos não diretamente integrados na empresa do operador económico, em particular os responsáveis pelo controlo da qualidade e, no caso dos contratos de empreitada de obras públicas, dos técnicos ou dos serviços técnicos a quem o operador económico poderá recorrer para executar as obras.

Na medida em que forem relevantes para efeitos da(s) capacidade(s) específica(s) a que o operador económico irá recorrer, queira incluir as informações exigidas nas partes IV e V em relação a cada uma das entidades envolvidas.

▼ D: Informações sobre os subcontratantes a cujas capacidades o operador económico não irá recorrer

(Esta secção só deverá ser preenchida se a informação em causa for explicitamente exigida pela autoridade ou entidade contratante.)

O operador económico tem a intenção de subcontratar alguma parte do contrato a terceiros?

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo e na medida em que sejam conhecidos, queira apresentar uma lista dos subcontratantes propostos:

Se a autoridade ou entidade contratante solicitar expressamente essas informações para além das informações previstas na Parte I, queira apresentá-las nas secções A e B da presente parte e na Parte III para cada (categoria de) subcontratante em causa.

## Parte III: Motivos de exclusão

▼ A: Motivos relacionados com condenações penais

O artigo 57.º, n.º 1, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

### Participação numa organização criminosa

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por participação numa organização criminosa, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada (JO L 300 de 11.11.2008, p. 42).

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática») ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU? ☐ Sim ☐ Não

URL

Código

Emitente

### Corrupção

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por corrupção, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia (JO C 195 de 25.6.1997, p. 1) e do artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativa ao combate à corrupção no setor privado (JO L 192 de 31.7.2003, p. 54). Este motivo de exclusão inclui também a corrupção conforme definida na legislação nacional da autoridade contratante (entidade contratante) ou do operador económico.

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática») ☐  
Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU? ☐ Sim ☐ Não

URL

Código

Emitente

### Fraude

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por fraude, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à proteção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias (JO C 316 de 27.11.1995, p. 48).

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática») ☐  
Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas



Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU? ☐ Sim ☐ Não

URL

Código

Emitente

**Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas**

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção dos artigos 1.º e 3.º da Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo (JO L 164 de 22.6.2002, p. 3). Este motivo de exclusão inclui também a instigação, a cumplicidade ou a tentativa de infração nos termos do artigo 4.º da referida decisão-quadro.

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática») ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU? ☐ Sim ☐ Não

URL

Código

Emitente

### **Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo**

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2005, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (JO L 309 de 25.11.2005, p. 15).

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática») ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU? ☐ Sim ☐ Não

URL

Código

Emitente

### **Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos**

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011,

relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho (JO L 101 de 15.4.2011, p. 1).

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática») ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU? ☐ Sim ☐ Não

URL

Código

Emitente

▼ **B: Motivos relacionados com o pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social**

O artigo 57.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

### **Pagamento de impostos**

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de impostos, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

País ou Estado- ---

Membro em

causa



Montante em  
causa

---

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa? ☐ Sim ☐ Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa? ☐ Sim ☐ Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

Queira descrever os meios utilizados

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas? ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU? ☐ Sim ☐ Não

URL

Código

Emitente

### **Pagamento de contribuições para a segurança social**

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de contribuições para a segurança social, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou da entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

País ou Estado-  
Membro em  
causa

---

Montante em  
causa

---



Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa? ☐ Sim ☐ Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa? ☐ Sim ☐ Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

Queira descrever os meios utilizados

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas? ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU? ☐ Sim ☐ Não

URL

Código

Emitente

▼ **C: Motivos relacionados com a insolvência, conflitos de interesses ou uma falta grave em matéria profissional**

O artigo 57.º, n.º 4, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

**Violação das obrigações no domínio da legislação social**

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação social? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática») ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

### **Violação das obrigações no domínio da legislação laboral**

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação laboral? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática») ☐  
Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

### **Falência**

O operador económico encontra-se em situação de falência?

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU? ☐ Sim ☐ Não

URL

Código

Emitente

### **Insolvência**

O operador económico é objeto de um processo de insolvência ou de liquidação?

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU? ☐ Sim ☐ Não

URL

Código

Emitente

#### **Situação análoga, como falência ao abrigo da legislação nacional**

O operador económico encontra-se em alguma situação análoga, como uma situação de falência decorrente de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais?

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU? ☐ Sim ☐ Não

URL

Código

Emitente

#### **Ativos sob gestão por um liquidatário**

Os ativos do operador económico estão a ser geridos por um liquidatário ou pelos tribunais?

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não



Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU? ☐ Sim ☐ Não

URL

Código

Emitente

### Atividades suspensas

As atividades do operador económico encontram-se suspensas?

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU? ☐ Sim ☐ Não

URL

Código

Emitente

### Acordos com outros operadores económicos com o objetivo de distorcer a concorrência

O operador económico celebrou acordos com outros operadores económicos com vista a distorcer a concorrência?

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática») ☐

Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

### Falta grave em matéria profissional

O operador económico foi declarado culpado de uma falta grave em matéria profissional? Se for caso disso, ver as definições na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso.

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática») ☐

Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

### Conflitos de interesses decorrentes da participação no procedimento de contratação

O operador económico tem conhecimento de qualquer conflito de interesses, como tipificado na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso, decorrentes da sua participação no procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

### Intervenção direta ou indireta na preparação do presente procedimento de contratação

O operador económico ou uma empresa que lhe está associada aconselhou a autoridade ou entidade contratante ou participou de alguma outra forma na preparação do procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

### Rescisão antecipada, indemnizações ou outras sanções comparáveis

O operador económico foi objeto de rescisão antecipada de um contrato público anterior, de um contrato anterior com uma entidade contratante ou de um contrato de concessão

anterior ou ainda objeto de um pedido de indemnização ou de outras sanções comparáveis ao abrigo desse contrato anterior?

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática») ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas

**Culpado de falsas declarações, ocultou informações, não conseguiu fornecer os documentos exigidos e obteve informações confidenciais sobre o presente procedimento**

O operador económico já esteve numa das seguintes situações:

- a) Foi considerado culpado de falsas declarações ao prestar as informações requeridas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou o cumprimento dos critérios de seleção,
- b) Ocultou essas informações,
- c) Não conseguiu apresentar sem demora os documentos comprovativos exigidos por uma autoridade contratante ou entidade contratante, e
- d) Diligenciou no sentido de influenciar indevidamente o processo de decisão pela autoridade ou entidade contratante para obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no concurso nem de prestar, por negligência, informações deturpadas suscetíveis de influenciar de forma determinante decisões de exclusão, seleção ou adjudicação?

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

▼ **D: Motivos de exclusão puramente nacionais**

São aplicáveis os motivos de exclusão puramente nacionais especificados no anúncio relevante ou nos documentos do concurso?

**Motivos de exclusão puramente nacionais**

Outros motivos de exclusão que podem ser previstos pela legislação nacional do Estado-Membro da autoridade ou entidade contratante. São aplicáveis os motivos de exclusão puramente nacionais especificados no anúncio relevante ou nos documentos do concurso?

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

Queira descrever essas medidas



Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU? ☐ Sim ☐ Não

URL

Código

Emitente

## Parte IV: Critérios de seleção

▼ α: Indicação global sobre todos os critérios de seleção

No que respeita aos critérios de seleção, o operador económico declara que ⓘ

Preenche todos os critérios de seleção requeridos

Queira inserir a sua resposta ☐ Sim ☐ Não

## Terminar

▼ Parte VI: Declarações finais

O operador económico declara sob compromisso de honra que as informações apresentadas nas partes II - V são exatas e corretas, tendo sido prestadas com conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

O operador económico declara sob compromisso de honra que pode mediante pedido e sem demora, fornecer os certificados ou outros documentos comprovativos referidos, salvo quando::

a) A autoridade ou entidade contratante disponha da possibilidade de obter diretamente os documentos comprovativos em causa mediante a consulta gratuita de uma base de dados nacional de qualquer Estado-Membro (desde que o operador tenha fornecido as informações (endereço Web, autoridade ou organismo emissor, referência exata da documentação) necessárias para permitir que a autoridade ou entidade contratante o faça. Quando necessário, este elemento deverá ser acompanhado das autorizações de acesso exigidas), ou

b) a partir de 18 de outubro de 2018, o mais tardar (dependendo da transposição para a legislação nacional do artigo 59.º, n.º 5, alínea b), da Diretiva 2014/24/UE), a autoridade ou entidade contratante já disporá dos documentos em causa.

O operador económico autoriza expressamente a autoridade ou entidade adjudicante, conforme indicada na parte I, a ter acesso aos documentos comprovativos das informações prestadas nas informações constantes da parte III e da parte IV do presente Documento Europeu Único de Contratação Pública para efeitos do procedimento de adjudicação estabelecido na parte I.

Data, local e, quando exigido ou necessário, assinatura(s):

Data

Local

Assinatura



## Anexo II

### Modelo de declaração

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual por Concurso Público Internacional com a Ref.ª PRR1 2025-002, para a aquisição de equipamentos de informática, para as várias secções de formação do CPJ, no âmbito do Investimento RE-C06-i01: “Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional – Subinvestimento Modernização da Formação Profissional do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o objeto do referido contrato, em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos e legislação aplicável, nos termos seguintes:

**Preço da proposta:** € \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ euros),

Ao preço da proposta supramencionado, acresce I.V.A., à taxa legal de \_\_\_\_%, no valor de € \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ euros), perfazendo o montante global de € \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ euros).

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato a celebrar, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),... [assinatura].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

## Anexo III - FICHA DE FORNECEDOR

**Nome ou denominação social:** Clique ou toque aqui para introduzir texto.

**Morada:** Clique ou toque aqui para introduzir texto.

**Código Postal:** Clique ou toque aqui para introduzir texto. **Localidade:** Clique ou toque aqui para introduzir texto.

**Concelho:** Clique ou toque aqui para introduzir texto. **Distrito:** Escolha um item.

**Tel.:** Clique ou toque aqui para introduzir texto. **E-mail:** Clique ou toque aqui para introduzir texto.

**NIF/ NIPC:** Clique ou toque aqui para introduzir texto. **Retenção na fonte:** Escolha um item.

**NISS:** Clique ou toque aqui para introduzir texto.

**Objeto social ou descrição sucinta da atividade comercial ou produtos comercializados:** Clique ou toque aqui para introduzir texto.

**Pessoa:** ☐ Singular ☐ Coletiva – **Classificação/Dimensão da empresa:**<sup>1</sup>: Escolha um item.

**Dispõe de solução de faturação eletrónica por EDI?**<sup>2</sup> : Escolha um item.

**Dispõe de serviço de entrega:** Escolha um item.

**Condições de pagamento:** Escolha um item. [O CPJ trabalha preferencialmente a 30 dias]  
Se outra, indicar: Clique ou toque aqui para introduzir texto.

**Pagamento por transferência bancária para a conta da titularidade do fornecedor:**

**IBAN:** PT50 Clique ou toque aqui para introduzir texto. **SWIFT CODE:** Clique ou toque aqui para introduzir texto.

Pelo presente, declaro que autorizo, de forma livre, consciente e informada, o Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça a proceder ao tratamento dos dados acima mencionados, para fins exclusivos de registo e integração na sua base de dados de fornecedores, nomeadamente para efeitos de eventual seleção em futuros procedimentos e processamento de pagamentos, considerando-me informado/a de que poderei, a qualquer momento, retirar o meu consentimento, de forma livre e gratuita, mediante comunicação dirigida ao CPJ, para os contactos em rodapé.

Mais declaro, sob minha inteira responsabilidade, que as informações acima prestadas são verdadeiras e completas e que em caso de alteração, deverei dar conhecimento com a maior brevidade possível, através do envio da ficha atualizada.

(assinatura e carimbo comercial se entregue em papel / se for enviado via eletrónica, não é necessário assinar)

<sup>1</sup> De acordo com as definições da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003.

<sup>2</sup> Implementação obrigatória de faturação eletrónica, exceto para proc. de ajuste direto simplificados.

**TODOS OS CAMPOS SÃO DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO**

## Anexo IV

### Modelo de declaração – Anexo II do CCP

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento, com a Ref.ª PRR1 2025-002, para a aquisição de equipamentos de informática, para as várias secções de formação do CPJ, no âmbito do Investimento RE-C06-i01: “Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional – Subinvestimento Modernização da Formação Profissional do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs. 4 e 5 do artigo 57.º.